

#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE CNPJ: 04.838.496/0001-28



# DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE			
UNIDADE REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Administração		
SIGLA DA UNIDADE:	SEMAD		
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:	Jean Carlos Silva Vasconcelos		
CARGO:	Secretário Municipal de Administração		
DECRETO:	N° 006/2025		

. OB

#### l. OBJETO:

( ) Fornecimento de bens

#### (X) Prestação de serviços

( ) Obra

Tipo de bem/serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO-PGR E PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL-PCMSO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, OS SERVIÇOS DESTINAM-SE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DOS CARGOS: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, AGENTE DE PORTARIA, MERENDEIRA, COZINHEIRO, GUARDA MUNICIPAL, AUXILIAR OPERACIONAL, AGENTE DE VIGILÂNCIA, MOTORISTA E AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA QUE EXERCEM ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE – PA.

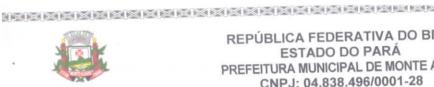


#### 2. JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre, em consonância com as normativas legais aplicáveis à administração pública, tem a responsabilidade de garantir a segurança, integridade e saúde dos servidores públicos. Especialmente no que diz respeito ao ambiente de trabalho e ao cumprimento das normas de segurança e saúde. Inclusive mediante a urgente necessidade de prestação de serviços, em atendimento às determinações do Ministério Público do Trabalho, conforme Ata de Audiência nº 11299.2024, nos autos do IC 000093.2024.08.003/0, na qual a Prefeitura Municipal de Monte Alegre foi inquirida.

Nesse sentido, solicitamos que seja conferida prioridade máxima à tramitação do processo de licitação, pois, a elaboração e implantação do **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO**, para atender os Fundos Municipais e secretarias vinculadas a Prefeitura Municipal de Monte Alegre- PA, torna-se imprescindível para a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos ocupacionais, visando a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. O PGR é uma exigência da **Normas Regulamentadoras** e outras normativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aplicáveis ao município no que tange às condições de trabalho em suas diversas secretarias e setores.

#### 2.1 JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE:



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE CNPJ: 04.838.496/0001-28



A Prefeitura Municipal de Monte Alegre, necessita realizar a contratação de empresa especializada para a elaboração e implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Em que devido à complexidade dos requisitos técnicos e legais envolvidos, para implementação desses programas os órgãos do poder executivo da Administração Pública Municipal, necessitam fazer o ajustamento técnico em cumprimento as normativas legais além de garantir a saúde e segurança dos servidores municipais, considerando as especificidades e riscos das atividades desempenhadas.

Devido à complexidade dos requisitos técnicos e legais envolvidos, a implementação eficaz desses programas exige conhecimentos específicos, atualizados e compatíveis com a legislação vigente, o que justifica a necessidade de contratação de empresa especializada.

A elaboração e execução do PGR e do PCMSO permitirão à Administração Pública Municipal realizar os devidos ajustes técnicos, administrativos e operacionais, garantindo o cumprimento das normativas legais, bem como a promoção da saúde, segurança e bem-estar dos servidores públicos em seus ambientes de trabalho.

A prestação de serviços destina-se aos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos: agente de serviços gerais, agente de portaria, merendeira, cozinheiro, guarda municipal, auxiliar operacional, agente de vigilância, torista e agente de vigilância sanitária que exercem atividades no âmbito da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Monte Alegre - PA, pelo regime Estatutário, vale ressaltar que os servidores ocupantes dos cargos mencionados são lotados nos diversos setores da Administração pública Municipal do poder Executivo.

Além disso, a adoção desses programas contribui diretamente para a prevenção de acidentes de trabalho, o monitoramento da saúde ocupacional dos trabalhadores, a redução de afastamentos por doenças laborais e a melhoria contínua das condições de trabalho, considerando as especificidades e os riscos inerentes às atividades desempenhadas pelos diversos setores do município.

Portanto, a presente contratação configura-se como uma medida indispensável à regularização e manutenção das obrigações legais da Prefeitura no tocante à segurança e saúde no trabalho, além de refletir o compromisso da gestão municipal com a valorização e proteção de seus servidores.

# 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei nº 14.133 de 2021.

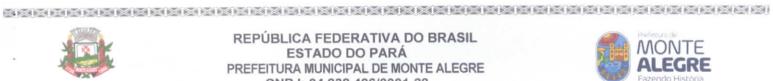
# 4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL DO EXERCÍCIO VIGENTE

ESTÁ PREVISTA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ( )

NÃO ESTÁ PREVISTA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (x)

# 5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES:	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS- PGR, (CONTENDO INVENTÁRIO DE RISCOS E PLANO DE AÇÃO), INTEGRADO COM PLANOS, PROGRAMAS E OUTROS DOCUMENTOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. PARA ATENDER DE 800 A 900 SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE – PA.	UNIDADE	1

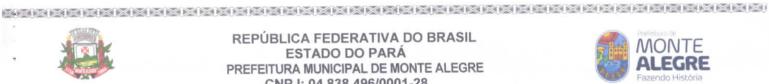


#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE CNPJ: 04.838.496/0001-28



2	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL-PCMSO, CONSIDERANDO OS RISCOS OCUPACIONAIS IDENTIFICADOS E CLASSIFICADOS PELO PGR. PARA ATENDER DE 800 A 900 SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE – PA.	UNIDADE	1
---	--	---------	---

6. ESPECIFICIDADES DA CONTRATAÇÃO:	
6.1. Natureza:	(X) bens/ serviços comuns;
6.2. Tipo:	( x ) serviço/ fornecimento não continuado
6.5. Forma de entrega/ execução:	( ) total / global ( x ) parcelado
6.6. Forma de pagamento / requisitos:	( ) pagamento total / global ( x ) pagamento parcelado Obs.: Sob demanda
6.7. Garantia e condições de manutenção e	() Sim
assistência técnica:	(X) Não
6.8. Sistema de registro de preços (SRP):	( ) Sim
	(x) Não
8. ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRE	ELIMINAR – ETP:
Sim	
( ) Não.	
10. EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Mara Dalila Alves de Souza	Decreto N.º 141/2025
Adonias Leão Ferreira	Matrícula nº 019181-7
11. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	•
Dinoel Oliveira dos Santos	Fiscal de Contratos Portaria Nº 387/2024



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE CNPJ: 04.838.496/0001-28



Esta solicitação tem por objetivo garantir a segurança e a legalidade do procedimento administrativo que será realizado para a contratação acima referida.

Diante do exposto, encaminho o presente Documento de Formalização de Demanda - DFD para as providências de estilo, tudo com base na Lei 14.133/2021.

Monte Alegre, PA 23 de julho de 2025

Jean Carlos Silva Vasconcelos Secretário Municipal de Administração

Decreto nº 006/2025

NOTIFICAÇÃO Nº 291.2025

NOTIFICADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

ENDEREÇO: PRAÇA TIRADENTES, 100, , CIDADE BAIXA, CEP 68220-000 - Monte Alegre - PA.

PROCEDIMENTO n.º 000093.2024.08.003/0

INQUIRIDO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE -

Anexo: cópia da ata de audiência (Doc n.º 011299.2024).

# NOTIFICAÇÃO REQUISITÓRIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo PROCURADOR DO TRABALHO signatário, nos termos do art. 129, VI, da Constituição da República, art. 8°, II e IV, da Lei Complementar n.º 75/93, e art. 8°, §1°, da Lei n.º 7.347/85, com vistas à instrução do procedimento em referência, NOTIFICA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, acerca da concessão de 90 dias para as adequações totais necessárias, devendo-se, dentro desse período, apresentar todas as seguintes documentações, como já acordado em última audiência:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos PGR (contendo inventário de riscos e plano de ação), contemplando ou estando integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR;
  - c) Registro de fornecimento de vestimentas de trabalho;
- d) Registro do fornecimento de EPI aos empregados, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico (Subitem 6.5.1, alínea "d" da NR-06);
  - e) Recibos de entregas de EPI's;
  - f) Atestado de Saúde Ocupacional I dos trabalhadores.

As informações e documentos requisitados deverão ser apresentados por intermédio do serviço de peticionamento eletrônico (PELE), disponível em http://www.prt8.mpt.mp.br/.

Santarém/PA, 13 de janeiro de 2025.

Eduardo Sidney Serra Filho



NF 000093,2024,08,003/0

NOTICIADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

#### **DESPACHO**

Após a oitiva da parte denunciante para melhor delinear o objeto da investigação, entendo se fazer necessário dar oportunidade para a parte noticiada apresentar sua defesa e os documentos que comprovem a adequação ou não das violações denunciadas.

Assim, solicito à Secretaria que notifique o investigado para que apresente defesa e junte os seguintes documentos, no prazo de 20 dias, referente aos servidores públicos municipais Agentes De Serviços Gerais, Agentes de Portaria, Merendeiras, Cozinheiras, Guardas Municipal, Auxiliar Operacional, Vigilantes, Motoristas e Agentes de Vigilância Sanitária:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos PGR (contendo inventário de riscos e plano de ação), contemplando ou estando integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR;
- c) Registro de fornecimento de vestimentas de trabalho;
- d) Registro do fornecimento de EPI aos empregados, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico (Subitem 6.5.1, alínea "d" da NR-06);
- e) Recibos de entregas de EPI's;
- f) Atestado de Saúde Ocupacional dos trabalhadores.

Encaminhar cópia dessa Notícia de Fato.

Havendo ausência de resposta, reitere-se a notificação.

Outrossim, notifique-se o MTE com área de atribuição em Monte Alegre/PA para que promova a fiscalização no local.

Encaminhar cópia dessa Notícia de Fato.

SANTARÉM, 25 de abril de 2024

BÁRBARA DA SILVA BARACHO PROCURADORA DO TRABALHO IC 000093.2024.08.003/0

### INQUIRIDO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

#### ATA DE AUDIÊNCIA n.º 11299.2024

Às 11h11min do dia 30 de outubro de 2024 (30/10/2024), por videoconferência, sob a presidência da Exma. PROCURADORA DO TRABALHO, Doutora Bárbara da Silva Baracho, realizou-se audiência nos autos do IC 000093.2024.08.003/0.

Para representar PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, compareceram o Procurador Jurídico do Município - Alessandro Bernardes Pinto, Procurador do Município - Portaria Nº 369/2024, OAB/PA 1832, juridico@montealegre.pa.gov.br, contato: (93) 99155-2800 e Assessor Jurídico do Município - Dr. Tiago Miranda Soares, OAB/PA 30.622, 91 98900-1054, tiagosoares@brasildecastro.com.br.

Inicialmente, deu-se ciência da gravação, bem como da vedação de coleta de som e de imagem por meio de dispositivos particulares pelos demais presente, nos termos da Orientação nº. 001/UEPDAP/CNMP, de 22 de maio de 2024.

Em seguida, a membra explicou os motivos da marcação da audiência, já que o munícipio não respondeu as notificações requisitórias do MPT.

A parte inquirida explicou: "Que houve uma eleição suplementar em 09 de junho de 2024, o que dificultou o cumprimento das requisições já expedidas pelo MPT, mas que já estão com a gestão municipal permanente".

Diante dessas afirmações, o órgão ministerial ponderou que irá garantir um prazo a mais de 45 dias para o município apresentar a seguinte documentação referente aos servidores públicos municipais nas funções de Agentes de Serviços Gerais, Agentes de Portaria, Merendeiras, Cozinheiras, Guardas Municipal, Auxiliar Operacional, Vigilantes, Motoristas e Agentes de Vigilância Sanitária, nos termos da notificação presente no Doc n.º

#### 003935.2024:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos PGR (contendo inventário de riscos e plano de ação), contemplando ou estando integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –
   PCMSO, considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo
   PGR;
  - c) Registro de fornecimento de vestimentas de trabalho;
- d) Registro do fornecimento de EPI aos empregados, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico (Subitem 6.5.1, alínea "d" da NR-06);
  - e) Recibos de entregas de EPI's;
  - f) Atestado de Saúde Ocupacional dos trabalhadores.

As partes ficam cientes de que já estão sendo notificados na audiência desse prazo e notificação requisitória, devendo-se juntar os documentos requeridos dentro desse prazo que começa a contar a partir de amanhã.

Ao final, as partes leram a ata de audiência e concordaram com os termos registrados.

Eu, Bárbara da Silva Baracho, PROCURADORA DO TRABALHO, lavrei este termo

Como o documento público produzido em audiência tem fé pública, nos termos do artigo 19, II da CF/88, arts. 374, IV e 405 do CPC/2015, prescinde-se de impressão física do presente termo de declaração ministerial e de assinatura dos participantes presentes em audiência, visto que o documento será assinado eletronicamente pelo(a) Procurador(a) oficiante nos presentes autos e estará disponível para consulta externa pelo sistema de peticionamento eletrônico do MPT, acessível pelo www.prt8.mpt.mp.br.



IC 000093.2024.08.003/0

INQUIRIDO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

#### **DESPACHO**

prazo dilatório de apenas mais 50 dias para apresentação das documentações já requisitadas.

Em seguida, remeta os autos para a Assessoria Jurídica, em nome da analista judiciária Anna Karen, para adotar providências já repassadas pela membra.

SANTARÉM, 9 de maio de 2025

BÁRBARA DA SILVA BARACHO PROCURADORA DO TRABALHO NOTIFICAÇÃO n.º 11770.2024 PROCEDIMENTO n.º 000281.2015.08.003/1

POLO PASSIVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

# **NOTIFICAÇÃO DE REITERAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO- pela Exma. PROCURADORA DO TRABALHO que ao final subscreve, com fundamento no artigo 8°, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 75/93, tendo em vista o procedimento em referência, REITERA os termos da NOTIFICAÇÃO DE REITERAÇÃO Nº 9240.2024, de 03/09/2024, , a fim de, no prazo fatal de 30 (trinta) dias, apresente nestes autos a comprovação documental de cumprimento do Termo de Acordo Extrajudicial firmado com o MPT (alíneas "a" até "i", alíneas "k" até "n" e alínea "p").

As informações e documentos solicitados/requisitados deverão ser apresentados por meio do serviço de peticionamento eletrônico do MPT, acessível, via internet, no portal da Procuradoria, no endereço www.prt8.mpt.mp.br/.

SANTARÉM, 14 de novembro de 2024

BÁRBARA DA SILVA BARACHO PROCURADORA DO TRABALHO

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Representante Legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

PRAÇA TIRADENTES, 100, CIDADE BAIXA, Monte Alegre - PA, CEP 68220-000

# Santarém, 30 de outubro de 2024

# Bárbara da Silva Baracho PROCURADORA DO TRABALHO

Alessandro Bernardes Pinto
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
Procurador Jurídico do Município

Tiago Miranda Soares
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE
Assessor Jurídico